



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira e demais atribuições de acordo com as atividades relacionadas no subitem 1.2.1 dos Estudos Preliminares, no Depósito Central do TRESA que abriga o armazenamento de urnas localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado – Palhoça/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de movimentação, com uso de empilhadeira elétrica, de, aproximadamente, 800 (oitocentos) paletes, com aproximadamente, 20.000 (vinte mil) urnas e/ou materiais, como baterias, cabinas de votação, embalagens e insumos para as urnas, alocados e paletizados no Depósito Central do TRESA.

2.2. Objetivos e Benefícios

Objetiva-se viabilizar os trabalhos de estocagem e transporte de urnas e/ou equipamentos, baterias e suprimentos de urna no Depósito Central do TRESA, buscando suprir a demanda de serviços nos períodos ordinário e eleitoral.

2.3. Alinhamento Estratégico

SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

PAE n.10.876/2022

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Serviço de Operação de empilhadeira	4h/dia	4h/dia

As atividades são efetuadas diariamente, em razão da necessidade de manutenção preventiva de aproximadamente 300 urnas e/ou equipamentos/dia, necessitando assim a movimentação/transporte de aproximadamente 40 paletes/dia. As 20 primeiras movimentações/transporte se concentram no início do expediente e as outras movimentações, no final do expediente. O tempo médio estimado para a movimentação de um paleta da estrutura até a bancada e retorno desta até a estrutura é de aproximadamente 6 minutos, totalizando a carga horária de 4 horas/dia para a movimentação dos 40 paletes, estando a demanda prevista de acordo com a demanda contratada.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de serviços especializados e continuados de operador de empilhadeira no interior do depósito localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado – Palhoça/SC, utilizando-se de empilhadeira a ser fornecida pelo Contratante, com as seguintes atribuições:

- a) operar empilhadeira elétrica e providenciar a recarga da respectiva bateria;
- b) movimentar as urnas e/ou outros equipamentos, como baterias e insumos para urna eletrônica;
- c) acomodar os materiais de forma apropriada e segura em estruturas de porta-paletes;
- d) movimentar os materiais com a devida segurança para a organização e manutenção do depósito;
- e) observar e obedecer a organização e as orientações dos responsáveis pelas unidades;
- f) utilizar os equipamentos com o devido zelo; e
- g) outras atividades correlatas e que obedeçam à natureza da contratação.

2.8. Serviços Adicionais

2.8.1. O TRESA poderá solicitar à Contratada a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, sendo que um pacote corresponderá a 1 (uma) hora de serviço de 1 (um) profissional.

Os serviços adicionais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos, feriados e, ainda, em horários noturnos. Esses serviços serão requisitados à Contratada, pela gestão do Contrato, com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

2.8.2. O TRESA poderá requisitar um ou mais pacotes de serviços adicionais para um único dia, no entanto, informará com antecedência os seus horários de execução.

2.8.3. Os serviços adicionais serão requisitados à Contratada pela gestão do Contrato, observando-se a tabela a seguir:

Tabela 1 - Descrição dos pacotes de serviços adicionais.

Item	Atividade	Quantidade de pacotes/mês (estimativa)
PACOTE DE SERVIÇO	Atividades previstas no item 2.7 realizadas por 1 (um) profissional pelo período de 1 (uma) hora	2

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O objeto é único, tendo a divisão em dois itens a finalidade única de discriminar os preços mensal e do pacote adicional.

A adjudicação é global por se tratar de serviço a ser prestado por uma única empresa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado pelo menor preço e conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse na prestação dos serviços, nas condições estipuladas pelo contratante.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação;

b) Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentada na forma da lei;

c) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

d) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;

e) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

e.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação;

e.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação; e

f) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “d” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13. Conformidade Técnica

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia. A mão de obra disponibilizada deverá possuir ensino fundamental II.

2.14. Obrigações da Proponente

Os proponentes, caso julguem necessário, poderão realizar visita técnica ao local de prestação de serviço, mediante agendamento prévio por meio dos telefones 48 991547034 (*WhatsApp*).

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Promover, através do seu representante, o Chefe da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ou superior hierárquico, o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando, na Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados; e

2.15.2. Disponibilizar instalações sanitárias e local para vestiários.

2.16. Obrigações da Contratada;

2.16.1. Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço adicional).

2.16.2. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

2.16.3. Apresentar, previamente, a relação dos empregados que serão colocados à disposição do TRESA, com a respectiva avaliação individual, a qual deverá atender às exigências estabelecidas pelo Contratante, que poderá recusar os que não preencherem as condições necessárias para o bom desempenho do serviço.

2.16.4. Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos no Projeto Básico.

2.16.5. Apresentar seus empregados, para a execução dos serviços ora contratados, devidamente uniformizados, identificando-os através de crachás, com fotografia recente.

2.16.6. Fornecer uma vez ao ano para cada um de seus empregados uniforme completo no primeiro dia útil do início da vigência do contrato.

2.16.7. O uniforme deverá ser composto por 2 (duas) calças jeans azul-escuro, 4 (quatro) camisetas pólo de malha PV na cor branca (composição 67% poliéster e 33% viscose), 1 (uma) jaqueta em tecido microfibra peletizada, 5 (cinco) pares de meias na cor branca, 100% algodão e 1 (um) par de botinas reforçada de couro cano curto com solado de borracha na cor preta.

2.16.8. Responsabilizar-se pelos treinamentos, capacitações e instruções sobre Riscos de Acidentes no Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho, conforme normas regulamentadoras específicas.

2.16.9. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

2.16.10. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho.

2.16.11. Responder por qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem a terceiro ou ao Contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.12. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

2.16.13. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

2.16.14. Para atender à demanda dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais com, pelo menos, ensino fundamental II.

2.16.15. Realizar integralmente os serviços descritos neste Projeto Básico.

2.16.16. Executar os serviços adicionais solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 2 (duas) horas após o pedido, consoante disposto no item 2.8 deste Projeto Básico.

2.16.17. O licitante vencedor deverá manter, ainda, preposto no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato, conforme previsto no art. 68 da Lei n. 8.666/1993, observado o seguinte:

- a) a indicação do preposto e do substituto eventual deverá ocorrer, por escrito, devendo o respectivo documento ser entregue ao Contratante no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;
- b) a figura do preposto não poderá ser incluída na planilha de custos e formação de preços; e
- c) o nome do preposto poderá recair sobre os funcionários da força tarefa que executarão os serviços contratados.

2.16.18. Comprovar a quitação das obrigações trabalhistas.

2.16.19. Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Conforme item 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

Código Siasg: 00001878-3

Descrição: operador máquina - movimentação carga

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/08/2023, com a possibilidade de prorrogação até o limite previsto na legislação.

3.2. Modelos de Documentos

Os modelos de documentos utilizados ao longo do contrato pelo Contratante e pela Contratada estão descritos no Anexo III.

Florianópolis, em 20 de junho de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O acompanhamento e a gestão do contrato dos serviços de operador de empilhadeira, deverão ser efetuados pelo titular da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

1.1.1. Após a assinatura, para dar início à execução do ajuste, o Tribunal promoverá reunião com a Contratada, devidamente registrada em Ata, para esclarecimento das obrigações contratuais.

1.1.2. O titular da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ficará responsável pelo acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, na Relação de Falhas do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, as eventuais ocorrências que comprometam o atendimento às metas estabelecidas na contratação dos serviços por resultados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

1.2.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após autorização da Seção de Administração de Urnas.

1.2.2. Os serviços serão prestados no endereço do imóvel do Depósito Central, informado na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.3. Os horários de prestação dos serviços dos operadores de empilhadeira estão indicados na TABELA DE PRODUTIVIDADE (Anexo III deste Projeto Básico).

1.2.4. Eventualmente, poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme Item 2.8 deste Projeto Básico (**Pacotes de Serviços Adicionais**).

1.2.5. Os serviços serão considerados executados com a qualidade mínima exigida desde que atendam, NO QUE COUBER, à seguinte **Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução**.

Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução
DIARIAMENTE
Operar empilhadeira elétrica, a fim de movimentar os paletes com as urnas eletrônicas e outros materiais relacionados, colocando-os e retirando-os das estruturas.
Checar o nível de carga da bateria da empilhadeira elétrica e, sempre que necessário, providenciar a sua recarga, observando as recomendações do fabricante e as normas de segurança. Informar ao gestor do contrato da eventual necessidade de manutenção corretiva da empilhadeira

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes de serviços adicionais (Item 2.8 deste Projeto Básico) e de acompanhamento e avaliação dos serviços (“**Relatório IMR**”, Anexo II deste Projeto Básico), o TRESC valer-se-á de encaminhamentos de e-mails e realização de telefonemas para a Contratada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O modelo de Relatório IMR consta do Anexo II deste Projeto Básico.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Responderá pelo acompanhamento e a gestão da contratação o titular da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de postos de trabalho e de prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
 - 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mensalmente, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

“Não se aplica a esta contratação”.

1.9. Direitos Autorais

“Não se aplica a esta contratação”.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.10. Qualificação Técnica

Caberá à contratada selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho. Os funcionários deverão ter a habilidade e a capacidade necessárias para o desempenho das atribuições da Rotina de Execução dos Serviços e Metodologia de Execução, conforme descrito no item 1.2.5 deste Plano de Fiscalização.

É necessário o ensino fundamental II.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

1.11.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.2.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- d) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União
- f) e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a

i) União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

j) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.2.2. As sanções previstas no subitem 1.11.2.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021. 1.11.2.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.2.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.2.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.3. Para os casos não previstos no subitem 1.11.2.1, se o licitante vencedor descumprir as condições do Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.3.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.3.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.3.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor do serviço;

1.11.3.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor do serviço;

1.11.3.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3.1.5. em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior.

1.11.4. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência deste Edital, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do contrato, para fins de aplicação de penalidades, em função das infrações elencadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Interrupção dos serviços por 1 (um) dia no mês por ausência de colaborador.	LEVE	Por ocorrência.
	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias no mês por ausência de colaborador.	MÉDIA	Por ocorrência.
2	Interrupção dos serviços por 2 (dois) dias na semana ou 3 (três) dias no mês por ausência de colaborador.	GRAVE	Por ocorrência.
3	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
4	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.	GRAVE	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.5. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato;
- b) no caso de inexecução parcial, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.6. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.2 e na alínea “d” do subitem 1.11.5 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.7. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.7.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.7, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.7.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.8. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.5, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

1.11.9. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

1.11.9.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

1.11.9.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

1.11.9.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 1.11.5 exaure-se a esfera administrativa.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O preço a ser estabelecido em contrato para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência se refere à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas neste Projeto Básico/Termo de Referência; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRESC poderá ser objeto apenas de notificação.

A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação de serviços de operação de empilhadeira elétrica, inclusive na prestação dos serviços adicionais. (se houver)

Os serviços objeto deste Projeto Básico/Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços de operação de empilhadeira elétrica realizados diariamente)

SERVIÇO: _____

MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Falta de assiduidade e de pontualidade
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pelo Gestor do Contrato.
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

FALHA 2	Falha na execução do serviço concernente à ausência de zelo pelos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como pela integridade dos respectivos acessórios.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor do Contrato
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Falta de uso de EPI, de vestimenta ou de crachá de identificação.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor do Contrato
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 4	Falta de disciplina, de presteza, de cordialidade durante a execução das atividades.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor do Contrato
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 5.	Produção inferior a 98% da produtividade estimada para o mês.
AFERIÇÃO	Condicionada à verificação pelo Gestor do Contrato
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências									
Tolerância (-)	1	1	1	1	0				
Excesso falhas (=)									
Peso (X)	8	8	6	7	8				
Número corrigido (=)									

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, O “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços de operação de empilhadeira elétrica

Faixa 1 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;

Faixa 2 – Fator de Aceitação de 1 a 25: 95% de avaliação dos serviços;

Faixa 3 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;

Faixa 4 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;

Faixa 5 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III – Tabela de Produtividade

Depósito Central da Justiça Eleitoral
Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado – Palhoça/SC.
Contato: cel-sau@tre-sc.jus.br Telefones: (48) 991547034
Quantidade estimada de profissionais: 01 (um) profissional com a função de operar empilhadeira elétrica.
Horário de prestação dos serviços: de segunda a sexta-feira, com início às 14h e término às 18h.
Características do local de realização dos serviços: imóvel em alvenaria, tipo galpão, com área interna de, aproximadamente, 1.100 m2.
Outros elementos a serem considerados: os serviços atenderão à necessidade diária de apoio na movimentação de urnas, baterias, cabinas de votação, embalagens de urna, paletes e outros insumos de urna da Justiça Eleitoral. Equipamentos a serem utilizados: 1 (uma) empilhadeira elétrica tipo PALETRANS PT 1654

Descrição do serviço	Demanda aproximada de serviço das 14h às 18h – 1 (um) profissional		Demanda convertida em horas
	Dados considerados no cálculo	Histórico	
Operar empilhadeira e auxiliar na organização do armazenamento de urnas e outros materiais relacionados. Requisitos funcionais considerados: (a), (b), (c) e (d).	Quantidade de paletes movimentados.	40	4